
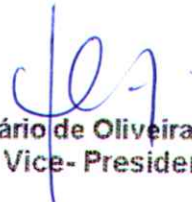


<p>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA</p> 	<p>Conselho Superior Acadêmico CONSEA</p>
<p>Processo: 23118.001886/2004-29</p>	<p>Parecer: 554/CONSEA</p>
<p>Assunto: Grau de Recurso à decisão da câmara de Graduação do CONSEA</p>	
<p>Interessado: Antônio das Graças Magalhães</p>	
<p>Relator: Cons^o. Júlio Sancho Linhares Teixeira Militão</p>	

I – Pleno:

Na 27ª sessão de 12 de dezembro de 2005, o pleno concedeu vistas ao Conselheiro Fernando Nunes Madeira.


Januário de Oliveira Amaral
Vice- Presidente

Assunto: Grau de Recurso à decisão da câmara de Graduação do CONSEA**Interessado:** Antônio das Graças Magalhães**Relator:** Cons^o. Júlio Sancho Linhares Teixeira Militão**I- Relatório:**

À página 21 do processo, no parecer da Conselheira Francigerle da Silva Mesquita consta uma relação de documentos apresentados. Antes disso há um pedido de vistas do Conselheiro Adilson Siqueira. Em seguida ao parecer daquela Conselheira, seguem os seguintes despachos de interesse ao tema:

1. Manifestação, por solicitação do Conselheiro Adilson Siqueira, do Departamento de Biologia informando que o prazo MÁXIMO de integralização curricular do curso de Biologia é de quatorze semestres;
2. Parecer da Câmara de Graduação indeferindo o parecer da Conselheira Francigerle da Silva Mesquita, que foi pelo deferimento do pleito;
3. Parecer do Conselheiro Adilson Siqueira, aprovado por unanimidade, que foi pelo indeferimento do pleito do requerente;
4. Grau de recurso da decisão elaborado pelo interessado.

II- Análise:

O artigo 15 do Regimento Geral da UNIR, que esclarece sobre as competências do CONSEA, em seu inciso XV, refere-se que cabe a este Conselho *decidir, em grau de recurso, sobre os atos e decisões referentes a assuntos acadêmicos de qualquer órgão ou autoridade desta universidade*. O Art. 51 do mesmo Regimento estabelece as competências da DIRCA: *é o órgão suplementar responsável pelo acompanhamento e controle da vida acadêmica estabelecido nos termos do artigo 33 do Estatuto da UNIR, sendo composta pelas Secretarias de Registro e Controle Acadêmico – SERCA de cada Campus*. O Art. 203 cita que *O ato da matrícula implica para o estudante em compromisso de respeitar o Estatuto, este Regimento Geral, os regimentos específicos dos órgãos aos quais ele se vincule, bem como as resoluções dos conselhos superiores*. Com relação ao vínculo com a UNIR o Art. 85 é claro:

Art. 85. - O aluno perde o vínculo com a UNIR:

- I- por não renovar a matrícula nas datas estipuladas no Calendário Acadêmico;
- II- em virtude da impossibilidade de integralizar seu currículo dentro do prazo fixado na legislação específica;

III- por exclusão, em virtude de sanção disciplinar;

IV- por desligamento por parte do discente;

V- em caso de doença, através de laudo de junta médica especializada que o considere incapaz.

§1º Perdendo o vínculo com a UNIR, o discente poderá requerer sua reintegração se houver vaga no curso.

§2º Poderá ser concedida a reintegração no curso mesmo não havendo vaga, quando se tratar de regularização da vida acadêmica para fins de expedição de transferência.

Com relação à monografia e ao estágio profissional os artigos a seguir são claros sobre as competências:

Art. 138. cita que A prática de ensino, o estágio profissional e a monografia são atividades que integram o currículo dos cursos que os adotam.

Art. 139. Os Conselhos de Campus ou Núcleo baixam normas complementares sobre prática de ensino, estágio e monografia por proposta dos Departamentos.

§1º A regulamentação das diretrizes para os estágios profissionais, prática de ensino e monografia é aprovada pelo CONSEA.

§2º A coordenação geral da prática de ensino, estágio e monografia cabe aos Departamentos.

Sobre a Câmara de Ensino do CONSEA, o Regimento cita:

Art. 9º. À Câmara de Ensino compete:

I - aprovar programas de cursos;

II - aprovar o Calendário Acadêmico;

III - aprovar as diretrizes pedagógicas institucionais;

IV - decidir sobre monitorias e estágios;

V - opinar sobre proposições que envolvam matérias referentes ao ensino em geral e as que digam respeito a currículos, concurso vestibular, matrícula, transferência, apuração de rendimento escolar, diplomas e certificados, fiscalização, aproveitamento de estudos, execução da política educacional da Universidade e administração da carreira docente;

Art. 15 - As Câmaras somente poderão deliberar com a maioria simples de seus membros.

Parágrafo único - Das decisões das Câmaras caberão recursos ao Plenário do Conselho.

Com relação à colação de grau, o Regimento Geral da UNIR, conforme cita o interessado à página 01 do presente processo,

Art. 142. O ato de colação de grau será presidido pelo Reitor ou seu substituto legal.

§1º A colação de grau dar-se-á congregando-se os cursos de cada Campus ou Núcleo.

§2º O aluno que não concluir todas as atividades acadêmicas previstas no curso não poderá colar grau.

§3º A SERCA apresentará a relação dos alunos concluintes por curso.

§4º O ato de colação de grau pode realizar-se, em casos especiais, em dia e hora determinados pela Reitoria.

O interessado também cita o Art. 94, da Seção V, do Regimento Geral da UNIR, O discente matriculado exclusivamente para conclusão de monografia, não deverá ser

contado para efeito de vaga. O interessado foi encaminhado a um Professor Orientador, conforme consta à página 04 do presente processo, em 11 de março de 2003, e já protocolou sua Monografia na data de 28 de julho de 2003, conforme consta cópia do protocolo à página 06. O Departamento de Biologia, conforme manifestação do então Chefe do Departamento à página 38 do presente processo, procurou o Professor Orientador indicado na Monografia protocolada pelo interessado, Professor Eliomar Pereira da Silva (Departamento de Geografia), já que o Departamento não tinha conhecimento de que o mesmo orientava o trabalho. Ocorre que o Prof. Eliomar ao ser questionado pelo trabalho que supostamente orientava, relatou que *não reconhecia aquele trabalho como resultante de sua orientação, informando que o aluno o havia procurado uma vez para orientação e ficado acertado que posteriormente o discente procuraria o professor para prosseguir os trabalhos*, conforme cita o Prof. Lafayette à página 38 deste processo. Segundo ele o Prof. Eliomar complementou que o aluno não mais o procurou se negando, então, a prosseguir com a orientação daquela forma e se prontificando, ainda, a orientá-lo, desde que o mesmo o procure para tal finalidade. O interessado solicitou a troca de orientação, desta vez o Prof. Augusto Silveira, protocolando sua nova versão da monografia em 10 de novembro de 2004, não constando documento comprobatório de entrega. Conforme despacho do Diretor da DIRCA em dezembro próximo passado, a data de exclusão do aluno do sistema, ou seja, entendido por este Conselheiro como perda do vínculo acadêmico com a UNIR ou ainda, jubramento, se deu na data de 28 de abril de 2004.

III- Parecer:

O Departamento de Biologia, como ficou evidente no processo, se mostrou, a princípio favorável à conclusão do Curso pelo interessado, porém o que se pode observar pelos autos é que o mesmo tendo protocolado sua monografia em 28 de julho de 2003 sem o conhecimento do Prof. Orientador, que não reconheceu a mesma como tendo tido sua orientação. Desta forma este Conselheiro entende que a entrega da primeira monografia em Julho de 2003 demonstra, s.m.j., que o interessado não estava apto a defendê-la logo na primeira, pois não tinha a orientação necessária. A nova monografia protocolada juntamente com o pedido de vínculo em novembro de 2004, ou seja, com o aluno já sem o vínculo com a UNIR não tem validade para a Instituição e a premissa do Prof. Lafayette, conforme conta no documento (página 38) do chefe de Departamento em atendimento à solicitação deste Conselheiro,

A chefia do departamento baseou-se na premissa de que é interesse da Instituição bem como do Estado Brasileiro, que pessoas que tenham passado pelos bancos escolares em

instituições públicas concluem seus cursos, visando a melhor utilização dos recursos públicos.

Diante do exposto e levando em consideração o entendimento do Chefe do Departamento à época, este Conselheiro é favorável ao recurso do Discente e conseqüente anulação da decisão da Câmara de Graduação, devendo o Departamento providenciar a Defesa de sua monografia.

Porto Velho, 24 de novembro de 2005.


Consº. Júlio Sancho Linhares Teixeira Militão
Relator